

Comissão de Finanças e Tributação

Projeto de Lei nº 4.864, de 1998, que Altera o §1º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 julho de 1991, que estende o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico.

Autor: **SENADO FEDERAL**

Relator: Deputado **José Pimentel**

Apensos: PL nº 4.029, de 1997; PL nº 4.030, de 1997; PL nº 4.038, de 1997; PL nº 4.043, de 1997; PL nº 412 de 1999; PL nº 2.330 de 2000 e PL nº 3.020 de 2000

I – RELATÓRIO

O projeto de lei nº 4.864 de 1998, de autoria do Senado Federal, tem por finalidade, estender o benefício auxílio acidente ao empregado doméstico.

Por tratarem de matéria correlatada, foram apensados os projetos de lei a seguir relacionados:

a) PL nº 4.029 de 1997, de autoria do Deputado Paulo Paim, que objetiva garantir o direito ao auxílio-acidente ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividades sujeita a esse regime ou a ele retornar. Além disso, o PL reintroduz o direito aos extintos pecúlios, ao passo que exclui a possibilidade de pagamento do salário-família aos aposentados.

b) PL nº 4.030, de 1997, de autoria do Deputado Paulo Paim, que tem por finalidade dispor que, no caso de o segurado falecer em gozo do auxílio-acidente e se a morte não resultar do acidente de trabalho, a metade do valor benefício será incorporada ao valor da pensão

c) PL nº 4.038, de 1997, de autoria do Deputado Paulo Paim, que altera o artigo 86 da Lei nº 8.213/91. A alteração proposta implica o restabelecimento dos incisos contidos na redação original do artigo 86¹, como também a exclusão dos §§ 1º a 4º, que disciplinam o valor do auxílio acidente, a



DFF4CDA346

data a partir da qual ele é devido, a vedação de acumulação do auxílio-acidente com aposentadoria e as condições para concessão do benefício em caso de perda de audição

d) PL nº 4.043, de 1997, de autoria do Deputado Paulo Paim, que objetiva excluir o valor auxílio-acidente do cálculo da renda mensal dos benefícios pagos pela Previdência Social.

e) PL nº 412, de 1999, de autoria da Deputada Ângela Guadagnin, com o objetivo de garantir que o auxílio-acidente seja pago cumulativamente com a aposentadoria ou com outro benefício pago pela Previdência. Em caso de perda de audição que gere direito ao auxílio-acidente,

o PL prevê que as normas estabelecidas pela legislação trabalhista deverão ser utilizadas como parâmetro técnico para aferição das perdas auditivas.

f) PL nº 2.330, de 2000, de autoria do Deputado José Carlos Coutinho, que estende o auxílio-acidente ao empregado doméstico, ao passo que retira o direito ao benefício do segurado especialmente

g) PL nº 3.020, de 2000, de autoria do Deputado José Carlos Coutinho, que estende o auxílio-acidente ao empregado doméstico

Os projetos foram distribuídos à Comissão de Seguridade Social e Família-CSSF, à Comissão de Finanças e Tributação-CFT e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania-CCJC, nessa ordem.

Durante Tramitação na CSSF, a Comissão rejeitou o PL nº 4.030, de 1997; PL nº 4.038, de 1997; o PL nº 4.043, de 1997; o PL nº 2.330, de 2000 e aprovou o PL nº 4.864 de 1998; o PL nº 4.029, de 1997; o PL nº 412, de 1999 e o PL nº 3.020, de 2000; nos termos do substitutivo apresentado.

II - VOTO

O projeto de lei nº 4.864, de 1998, e seus apensos foram distribuídos a esta Comissão para pronunciar-se quanto à compatibilidade e adequação orçamentaria e financeira da matéria.

A norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação – NICFT, ao dispor sobre o assunto, define que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade das proposições com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e as normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas.



DDF4CDA346

Todos os projetos de lei dispõe sobre o auxílio-acidente. Tal benefício corresponde a 50% do salário-benefício do segurado e é concedido ao segurado empregado exceto o doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado empregado, exceto o doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar seqüela definitiva.

A lei nº 8.213/91 veda a acumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria, tendo, em vista que o valor correspondente ao auxílio é computado no cálculo da renda mensal da aposentadoria.

O PL nº 4.864, de 1998, o PL nº 3.020, de 2000, e o substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família acarretam impacto orçamentário e financeiro às contas da União, por estenderem o pagamento do auxílio-acidente ao empregado doméstico, atualmente não beneficiário do auxílio.

A alteração objetivada pelo PL nº 4.038, de 1997, no art. 86 da lei nº 8.213/91, no sentido de excluir a vedação de acumulação do auxílio-acidente com aposentadoria, traz implicação financeira e orçamentária às finanças públicas federais

O PL nº 2.330, de 2000, prevê o pagamento do auxílio-acidente ao empregado doméstico ao passo que retira o direito ao benefício do seguridade-especial. Contudo o efeito financeiro de substituição efetuada não é apresentada no projeto de lei.

Trazem impacto orçamentário e financeiro às contas da União o PL nº 4.029, de 1997, o PL nº 4.030, de 1997, e o PL nº 412, de 1999. Os Três projetos permitem a acumulação do auxílio-acidente com aposentadoria paga pela Previdência social. Atualmente, conforme preconiza o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213/97, o aposentado não recebe o benefício, exatamente porque o valor corresponde ao auxílio é computado no cálculo da renda mensal da aposentadoria. Além disso, o PL 4.029/97 restabelece o pagamento dos extintos pecúlios²

Nesses casos, o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal preconiza que os atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado, categoria que inclui o auxílio-acidente, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subseqüentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio³.

Nenhuma das determinações anteriores foi cumprida pelas proposições. Portanto, não temos outro caminho se não o de considerar o PL 4.864, de 1998, o PL 3.020, de 2000; o PL 4.038, de 1997; o PL 2.330, de 2000; o PL



DFF4CDA346

